

À PR/AJ

Fls. 118/119
118/119
118/119

O pedido de impugnação formulado por Valéria Vieira Alves Sales Teles ao Edital nº 25/2013, que tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento, carga, transporte e descarga de tubos e peças especiais de aço carbono que complementarão a tubulação de recalque TR-01 e TR-02 do Projeto do Pontal Sul, localizado no Município de Petrolina no Estado de Pernambuco, foi fundamentado na obrigatoriedade legal de separação em editais diferentes o fornecimento do transporte.

Esta Área **discorda** do pleito uma vez que o material deve ser entregue no canteiro da obra e ter sido carregado, transportado e descarregado de forma a manter a qualidade do produto a ser recebido. No presente caso é de responsabilidade da contratada todos os procedimentos destas etapas, assegurando que o produto manterá todas suas características e serão transportadas com os cuidados técnicos exigidos. Lembra-se de que caso haja avarias no produto durante os procedimentos do transporte ele será substituído/trocado pela contratada e sem custo para a Codevasf.

Considerando se tratar de recurso fundamentado em aspectos legais, solicito parecer desta Assessoria visando resposta à requerente.

Brasília, 15 de maio de 2013

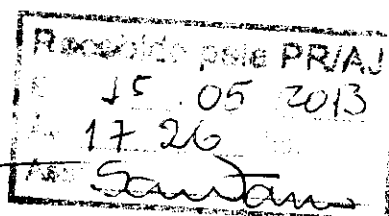


Ramon Gonçalves de Lima
CODEVASF
Gerente - AD/GIM

A
PR/AS/LAA,

Para manifestação.

em 16/05/13



Brasília - DF, 16 de maio de 2013.

PARECER Nº 974 /2013.

Processo nº: 59500.001018/2013-63

Assunto: Recurso apresentado por Valéria Vieira Alves Teles ao Pregão Eletrônico nº 25/2013.

Interessado: AD/GIM

Senhor Chefe,

Trata-se de solicitação de análise jurídica realizada pela AD/GIM às fls. 06 do processo em epígrafe acerca do recurso de impugnação de edital apresentado por Valéria Vieira Alves Teles às fls. 01/04.

Entende-se que o fato trazido no âmbito do recurso apresentado não foi capaz de apontar ilegalidade.

O edital traz a informação de que o objeto do certame é o fornecimento de tubos e peças especiais e que o faz parte do fornecimento (entrega), a carga, o transporte e a descarga.

Entretanto a recorrente entende que o objeto está dividido em vários serviços que deveriam ser fragmentados em diversos itens, mas que encontram-se unidos em afronta ao art. 3º da Lei nº 8.666/93.

A análise da área técnica às fls. 06 entende que o fornecimento do material consiste na entrega no canteiro de obras.

Ora, se o objeto do certame é o fornecimento, claro está que o transporte faz parte do fornecimento. Não há como dissociar do fornecimento a carga, transporte e descarga.

Sem razão, portanto.

Quanto ao atestado de capacidade técnica a recorrente só cita o embasamento jurídico sem se manifestar o que pretende impugnar. Portanto não cabe análise, pois na há questionamento.

Diante do exposto, entende-se pela legalidade do prosseguimento da licitação.

É o parecer, que se submete à apreciação superior.


Túlio Ferreira Pinheiro**Chefe da Unidade de Assuntos Administrativos**

De acordo em 16 / 05 /2013.

Aprovo o parecer supra. A **AD/GIM**, para os devidos fins.
Alessandro Luiz dos Reis
Chefe da Assessoria Jurídica